

Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900

João Cosme

Introdução

A conquista de Ceuta, em 1415, é considerada o marco iniciador da diáspora lusitana pelo mundo, daí afirmar-se que a emigração é uma das marcas estruturais da história portuguesa¹. Por esta razão, ao longo dos tempos, a emigração portuguesa mereceu vários estudos. Num primeiro momento, predominaram as abordagens de natureza macro², com especial destaque para a emigração portuguesa a partir de meados do século XIX. Com base nos pedidos de passaporte, depositados no Arquivo Distrital do Porto, Jorge Fernandes Alves³ iniciou uma nova fase de estudo da emigração portuguesa para o Brasil, dedicando particular atenção ao retorno dos emigrantes. Segundo este autor, “entre 1836 e 1899 há uma clara evolução na geografia desses destinos, embora o Rio de Janeiro absorva sempre a maioria dos emigrantes [...]. Nos finais do século [XIX] a concorrência ao Rio de Janeiro (55%) surge ainda do Pará, com força renovada, (17%) e de São Paulo (10%)”⁴.

Atualmente, a imigração paraense tem sido estudada por Marcos António Carvalho⁵ e Cristina Donza Cancela⁶. Tendo em vista uma melhor compreensão do espaço de destino, passamos a apresentar algumas notas sobre a realidade política e económica desta região brasileira.

O ano de 1840 seria determinante para a região amazónica com a descoberta do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear. Por isso, a década de cinquenta de Oitocentos foi um período charneira de grande significado, já que marcou a passagem de uma economia regional caracterizada pela exploração das «drogas do sertão», pela pecuária e pela exploração da madeira assente na mão-de-obra escrava e indígena para a economia de extração e exploração do látex. Numa primeira fase, a manufatura paraense desenvolveu-se, produzindo calçado de borracha para exportação cujo principal destino era os Estados Unidos da América, enquanto na segunda fase, com a invenção do pneumático, a exportação da borracha,

1 GODINHO, 1978: 5-32.

2 A título de exemplo, veja-se: FERREIRA, 1976 e SERRÃO, 1974.

3 ALVES, 1994.

4 ALVES, 1994: 242 e 244.

5 CARVALHO, 2011.

6 CANCELA, 2009: 149-161.

facilitada pela navegação a vapor introduzida em 1853, gerou nesta região um surto desenvolvimentista excepcional. Este novo surto teria o seu período áureo entre 1870 e 1910⁷.

Enquanto ao nível económico a Amazónia passava por este surto de grande desenvolvimento, os condicionalismos e a dinâmica abolicionista da escravatura sedimentavam-se neste espaço sul-americano. De modo muito esquemático, lembra-se que, em 13 de março de 1827, deixou de ser permitido aos navios brasileiros o embarque de escravos na costa de África. A Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) determinava que os filhos nascidos de mães escravas já seriam livres. Em 1879, foi eleito o senador Joaquim Nabuco que, em 1880, fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Em 1884, começaram a ser libertados os escravos de diversos municípios. A Lei Saraiva-Cotegipe, datada de 28 de setembro de 1885, determinou a libertação de todos os escravos com mais de 65 anos; vindo a abolição da escravatura a acontecer com a publicação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Assim, para suprir a necessidade de mão-de-obra, recorreu-se à imigração de gentes da Europa, com particular destaque para os portugueses. É neste contexto económico e sociológico que o Pará aparece como área fortemente atrativa para os portugueses.

1. Material e métodos

Tal como o próprio título indica, neste artigo apresentam-se alguns tópicos caracterizadores da emigração portuguesa para o Estado do Pará (Brasil) no período decorrente de 1886 a 1900. Este trabalho teve como material de base os pedidos de passaporte depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), cujos termos *a quo* e *ad quem* do título são os que existem nos mesmos pedidos.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se fazer microanálise longitudinal; quer dizer, deseja-se saber se os migrantes, ao longo do período referido, requereram mais do que uma vez passaporte. Para o efeito, criou-se uma grelha ordenada alfabético-cronologicamente pelos nomes dos requerentes, da qual constam as diversas variáveis constantes nos pedidos de passaporte, nomeadamente filiação, naturalidade, idade, estado civil, profissão, assim como outras observações que julgamos pertinentes, tendo em vista compreender *quem* emigrou.

O recurso às técnicas microanalíticas permite conceber o mundo do ponto de vista do indivíduo que emigra. Segundo Rocío García Abad, o recurso à microanálise possibilita “completar la visión general del análisis macroestructural y poder descubrir las dinámicas locales y las variaciones regionales; el análisis longitudinal o las historias de vida; el análisis del individuo desde la perspectiva de la familia; y la importancia de los factores intermedios”⁸.

Esta metodologia de abordagem permitiu, desde logo, observar que dos 1121 processos consultados houve 130 pedidos sequenciais⁹, como se pode observar pelo quadro seguinte:

7 SARGES, 2010: 91-99.

8 GARCÍA ABAD, 2005: 64.

9 A palavra *secuencial* (sequenciais) utiliza-se com o significado de série, seguimento, continuação. Com a criação desta categoria operativa pretendeu-se vincular uma realidade observada: o mesmo requerente ter pedido o passaporte mais de uma vez.

Quadro n.º 1 – Pedidos de passaporte

	Pedidos	Sequenciais		1.ª Referência	
	N.º abs.	N.º abs.	%	N.º abs.	%
Homens	897	115	12.8	782	87.2
Mulheres	224	15	6.7	209	93.3
TOTAL	1121	130	11.6	991	88.4

Os dados apresentados possibilitam constatar que 11,6% dos pedidos são renovações efetuadas por emigrantes que, anteriormente, já tinham requerido o seu passaporte no Governo Civil de Lisboa.

Do ponto de vista teórico, convém ainda distinguir dois conceitos: *emigração espontânea* (iniciativa pessoal, não controlada) e *emigração contratada ou direcionada* (integrada num projeto de ocupação do espaço por parte do poder político vigente). Nesta última situação, o fenómeno migratório é marcado essencialmente pela deslocação de famílias (casais), homens e mulheres casados acompanhados dos seus filhos, havendo por isso um certo equilíbrio percentual entre o número de pessoas dos dois sexos, as quais vão dedicar-se principalmente à agricultura. Por isso mesmo, são maioritariamente portadores de *know-how* agrícola e dirigem-se para um espaço rural previamente programado pelo poder político vigente que deseja ocupar uma determinada área geográfica. Estas particularidades tornam este tipo de migração, regra geral, definitiva, onde o número de retornados é muito exíguo, não sendo referidos na memória social.

Por sua vez, uma parte significativa da emigração espontânea não é definitiva, o que significa que há retorno. É constituída, essencialmente, por homens e mulheres solteiros. Estes migrantes dedicam-se a atividades para onde já também detinham *know-how* e dirigem-se fundamentalmente para um espaço urbano, dando origem ao conceito de “brasileiro” que significava o português que estava emigrado no Brasil e que tinha enriquecido.

Para que do ponto de vista estatístico se evitem repetições, com distorção dos resultados, apenas utilizaremos nos nossos cálculos os dados constantes do pedido mais antigo (1.ª referência).

2. Distribuição por anos

Uma das variáveis que importa conhecer é a distribuição dos pedidos ao longo dos anos. Assim, para que se possa ver a sua evolução, passamos a apresentar o quadro que se segue:

Quadro n.º 2 – Distribuição dos pedidos por anos

Anos	Homens	Mulheres	Total	Índices	M.M.5
	N.º abs.	N.º abs.			
1886	18	4	22	33,3	-
1887	1	0	1	1,5	-
1888	2	0	2	3	43,9
1889	32	12	44	66,7	55,4
1890	65	11	76	115,1	67
1891	51	9	60	90,9	86,4
1892	38	1	39	59,1	95,1
1893	52	14	66	100	104,2
1894	56	17	73	110,6	111,2
1895	90	16	106	160,6	116,7
1896	64	19	83	125,8	114
1897	36	21	57	86,4	116,1
1898	41	16	57	86,4	152,1
1899	64	16	80	121,2	-
1900	172	53	225	340,9	-
TOTAL	782	209	991	-	-

O ano de 1886 marca o início dos pedidos. Os valores respeitantes ao triénio de 1886-1888 são bastantes reduzidos, começando a notar-se um crescendo a partir de 1889, com um pico secundário em 1895 e um pico principal em 1900. As colunas dos índices e das médias móveis quinquenais ajudam a perceber a evolução desta dinâmica migratória. Assim, através dos índices, *grossa modo*, pode afirmar-se que o ano de 1893, com um índice cem, foi um ano charneira, onde os anos anteriores se pautaram, maioritariamente, por valores inferiores enquanto os anos subsequentes apresentaram quantitativos superiores. A coluna das médias móveis complementa esta visão já que apresenta uma linha de tendência de crescimento quase perfeita ao longo deste período cronológico.

A distribuição cronológica dos pedidos é perfeitamente compreensível, já que a abolição efetiva da escravatura só aconteceu com a publicação da lei de 13 de maio de 1888.

A esta causa de índole social devem juntar-se os acontecimentos políticos inerentes à implantação da República neste espaço brasileiro. O governo do Pará aderiu à República em 16 de novembro de 1889, seguindo-se uma luta renhida entre as principais figuras dos partidos políticos deste Estado, com especial incidência entre os elementos do Partido Republicano Democrático e os do Partido Republicano Paraense. Estas rivalidades materializaram-se nas revoltas de junho de 1891 e de 1893. A este clima de instabilidade política e social, deve acrescentar-se a tensão e as críticas contra os portugueses que eram, muitas vezes, acusados de defenderem a Monarquia. A desconfiança levou ao corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil, que apenas foram reatadas em 16 de março de 1895.

Neste sentido, é compreensível que o número de pedidos de passaporte para o Pará aumentasse significativamente em 1895 já que as relações diplomáticas tinham acabado de ser normalizadas, ao mesmo tempo que se começava a viver uma fase de acalmia social e de grande prosperidade económica, o que explica os quantitativos posteriores a 1895, e com particular ênfase o ano de 1900.

3. Género e estado civil

O género e o estado civil dos migrantes são mais outras duas variáveis que importa conhecer, pelo que passamos a apresentar um quadro com os valores encontrados:

Quadro n.º 3 – Distribuição dos pedidos por género e estado civil

	Pedidos		Solteiro(a)		Casado(a)		Viúvo(a)		Separado(a)	
	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%
Homens	782	78,9	427	54,6	327	41,8	28	3,6	0	0
Mulheres	209	21,1	141	67,5	40	19,1	26	12,4	2	1,0
TOTAL	991		568	57,3	367	37,0	54	5,5	2	0,2

Pode observar-se que a emigração para o Estado do Pará (Brasil) foi maioritariamente masculina, com 782 pedidos de passaporte num total de 991 e apenas 209 pedidos de passaporte apresentados por mulheres, o que significa respetivamente 78,9% e 21,1%. Todavia, não se pode subavaliar a presença feminina já que ela significou mais do que um quinto do total dos pedidos.

No que concerne ao estado civil dos requerentes, predominou o grupo dos solteiros em ambos os sexos. Deve, no entanto, realçar-se que, em termos relativos, a percentagem das mulheres solteiras (67,5%) superou a dos homens (54,6%) já que este valor pouco ultrapassou a fasquia dos 50%. No caso dos homens, o número de casados foi muito significativo, com 41,8% dos pedidos, e os viúvos com 12,4%. Os valores respeitantes aos solteiros e casados estão em sintonia com o que aconteceu no distrito do Porto no final da década de 70 do século XIX. No que toca aos viúvos, os quantitativos do nosso estudo são relativamente superiores aos apresentados para o distrito do Porto¹⁰, onde “a quota dos viúvos ao longo dos anos oscila apenas entre 1 a 2%”.

No caso das mulheres, os dados encontrados são bastante distintos, pois o número de solteiras e viúvas é muito superior aos detetados para o distrito do Porto, já que neste, se “trata, em grande parte de uma emigração passiva, processada por acompanhamento familiar”¹¹. Os dados do nosso estudo levam-nos a defender que, em Lisboa, o fator laboral determinou de modo mais significativo a emigração feminina. Importa frisar que, durante a segunda metade do século XIX, a urbanização de Lisboa foi uma realidade bem visível, marcada pela receção de portugueses oriundos do meio rural. Estes contribuem

¹⁰ ALVES, 1994: 185.

¹¹ ALVES, 1994: 181.

não só para o alargamento da área urbana da capital, mas também para o desenvolvimento de uma nova matriz económica e social, com particular ênfase para as mulheres que se empregam como criadas, realizando assim a sua aprendizagem profissional¹².

Importa, no entanto, acrescentar que o reagrupamento familiar também foi causa do pedido de passaporte para várias mulheres, embora com uma menor significância estatística do que naquele distrito duriense.

4. Idade dos emigrantes

A idade é um elemento importante que condiciona as decisões e acontecimentos na vida das pessoas. Por isso, prestámos atenção à variável da idade com que os requerentes pediram os seus passaportes, cujos dados, agrupados por estratos etários, passamos a expor:

Quadro n.º 4 – Distribuição dos requerentes por estratos etários

Est. etários	Homens	Mulheres	Total
	N.º abs.	N.º abs.	
0-4 anos	0	2	2
5-9 anos	2	2	4
10-14 anos	47	8	55
15-19 anos	19	13	32
20-24 anos	129	47	176
25-29 anos	126	31	157
30-34 anos	128	32	160
35-39 anos	117	27	144
40-44 anos	101	18	119
45-49 anos	55	15	70
50-54 anos	30	9	39
55-59 anos	16	2	18
60-64 anos	3	2	5
65-69 anos	8	1	9
70-74 anos	1	0	1
TOTAL	782	209	991

¹² A título exemplificativo, trazemos à colação os casos de Carlota da Conceição Abreu, solteira, modista, natural de Barcarena (Oeiras), e de Filomena Ribeiro de Moura, solteira, criada, natural de Noura (Murça), que pretendem emigrar para exercer as suas ocupações.

Pode, desde logo, constatar-se que, ao nível dos estratos etários, o valor modal se situou, em ambos os géneros, no estrato dos 20-24 anos. Para complementar esta afirmação, acrescenta-se que, em termos de anos específicos, a moda localizou-se nos 22 anos nos homens e 23 nas mulheres, o que quer dizer que estes valores foram os que ocorreram com maior frequência estatística nas respetivas categorias de análise (estratos etários e anos simples). Quer isto significar que a maior parte dos requerentes pediram o seu passaporte em idade ativa; poder-se-ia dizer que o fizeram no momento em que estavam no auge das suas capacidades físicas e cheios de projetos à procura de novos rumos para as suas vidas.

Estes dados estão em sintonia com os resultados obtidos para o distrito do Porto, até 1855. Porém, divergem com o sentido de tendência que se começou a verificar neste distrito no final do século XIX, pois que, «a partir daí a tendência é nitidamente para subir, lenta mas continuamente, fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta»¹³, enquanto em Lisboa, no final deste século, a idade situou-se nos 22-23 anos.

Tendo por base os dados do quadro n.º 4, pode concluir-se que o recrutamento militar não condicionou significativamente a opção dos emigrantes masculinos.

5. Naturalidade (por distritos) dos emigrantes

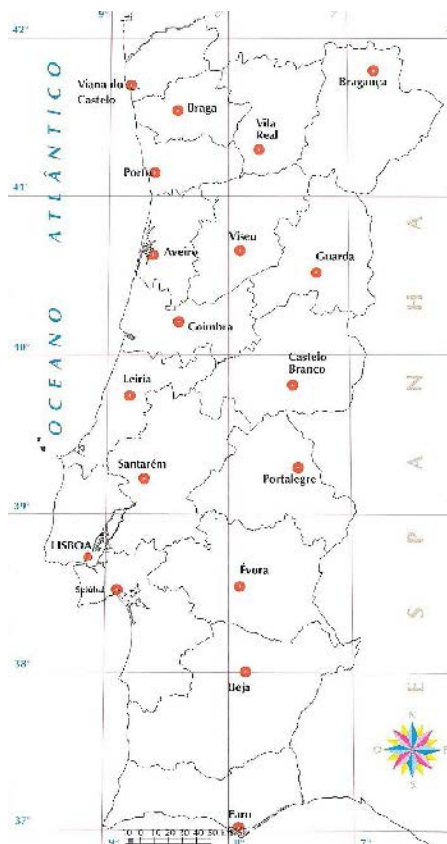
Tendo em vista uma maior sistematização dos dados, passamos a apresentar a naturalidade destes por distritos:

Quadro n.º 5 – A naturalidade dos requerentes de passaporte (por distritos)

Distrito	Homens	Mulheres	Total
	N.º abs.	N.º abs.	
Aveiro	119	15	134
Beja	5	3	8
Braga	19	4	23
Bragança	10	3	13
Castelo Branco	73	6	79
Coimbra	62	13	75
Évora	3	1	4
Faro	6	4	10
Guarda	49	12	61
Leiria	18	14	32
Lisboa	177	65	242
Portalegre	6	0	6

Distrito	Homens	Mulheres	Total
Porto	32	8	40
Santarém	29	12	41
Setúbal	13	4	17
Viana do Castelo	49	5	54
Vila Real	26	12	38
Viseu	71	21	92
Outros	15	7	22
TOTAL	782	209	991

Mapa n.º 1 – Distritos de Portugal



No caso dos homens, destacam-se os distritos de Lisboa e Aveiro, localizados no litoral, e os de Castelo Branco e Viseu, situados no interior do país. Os pedidos de passaporte apresentados por naturais destes quatro distritos representaram 56,3% do total. No caso das mulheres, Lisboa foi, de um modo muito destacado, o distrito com o maior número de pedidos, seguindo-se os distritos de Viseu, Leiria, Coimbra e Guarda, cifrando-se os valores de Lisboa em 31,1% (quase um terço) dos pedidos femininos.

Para que haja um melhor conhecimento da naturalidade dos requerentes, passamos a referir as localidades, dentro dos diversos distritos, com os valores mais significativos. Assim, em Aveiro merecem particular destaque os concelhos da Murtosa, de Ovar, de Santa Maria da Feira e de Aveiro. Por sua vez, no distrito de Castelo Branco os concelhos com maior representatividade foram Oleiros, Vila de Rei e Sertã, sendo que neste último as localidades de Cernache do Bonjardim e Pedrógão Pequeno apresentaram valores muito significativos. Nos distritos de Coimbra, merecem nota especial a Figueira da Foz e Arganil, enquanto no da Guarda o concelho de Seia teve a primazia, para o que muito contribuiu a freguesia de Loriga. No caso do distrito de Viseu, os concelhos com maior número de pedidos foram Moimenta da Beira, Penedono e Tabuaço. No que concerne ao distrito de Lisboa, deve-se, de um modo muito preciso, fazer sobressair a predominância estatística que os naturais do concelho lisiponense tiveram, não se podendo ainda ser olvidada a presença dos naturais da Ericeira, concelho de Mafra, com especial relevância para os marítimos.

Os concelhos mais representativos no que toca às naturalidades das mulheres emigrantes não diferem muito do que acontece no caso dos homens; apenas, como o número é mais reduzido, também é menor o número dos concelhos. Assim, esta repetição é visível no concelho de Moimenta da Beira, distrito de Viseu, na freguesia de Loriga (concelho de Seia), distrito da Guarda, e na cidade de Lisboa. A estes casos juntam-se os concelhos de Alcobaça, no distrito de Leiria, e Lousã no de Coimbra.

6. Emigração a “dois tempos”

Segundo Maria Beatriz Rocha-Trindade, designa-se por *percurso migratório* (ou itinerário migratório) “o conjunto de passos, ações ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”¹⁴. Dentro deste percurso são extremamente importantes as fases onde se toma a intenção de partir e se realizam os preparativos da partida. Nesta fase, materializa-se a intenção de partir através da realização de passos concretos, como a obtenção de documentos (passaporte e o título de transporte).

Importa, assim, refletir sobre qual foi a importância de Lisboa na tomada da decisão de emigrar e na efetivação das medidas que tornavam exequível essa opção.

Para melhor responder a esta questão, passamos a apresentar alguns casos específicos:

- Adelino Alves Ribeiro, quando requereu o passaporte (em 8.1.1897), tinha 31 anos, informava que era solteiro, natural de Madeirã (Oleiros – Castelo Branco), e “residia há 10 anos em Lisboa”;
- Albertino, no pedido de passaporte (em 12.8.1899), escreveu que tinha 23 anos, era agricultor, solteiro, natural de Mouronho (Tábua – Coimbra) e “morador há mais de cinco anos em Lisboa”;

- João Bernardo referia no seu requerimento (em 26.1.1900) que tinha 35 anos, era marítimo, natural da Murtosa e “morador em Lisboa desde 1871”;
- Manuel da Costa, natural de Pedrógão Pequeno (Sertã), tinha 22 anos quando pediu o seu passaporte (em 10.2.1900), onde afirmava que “era empregado no comércio em Lisboa, há seis anos” e desejava emigrar para exercer a sua profissão;
- Manuel Domingos Ribeiro, natural de Valmaior (Albergaria-a-Velha), tinha também 22 anos, era jornaleiro, e quando pediu o passaporte (em 7.2.1899) dizia que era “morador em Lisboa há perto de dez anos” e que pretendia ir para o Pará para exercer a sua profissão.

No caso das mulheres, também encontramos exemplos similares, que desejamos trazer à colação:

- Maria da Anunciação Maurício, criada, 23 anos, solteira, quando pediu o passaporte (em 17.3.1899) referia que era “moradora há mais de dois anos em Lisboa” e desejava ir exercer a sua profissão;
- Maria Gonçalves, natural de Sarraquinhos (Montalegre), 41 anos, solteira, criada de servir, declarava (em 27.3.1899) que era “moradora há vinte anos nesta capital” e pretendia ir exercer a sua profissão;
- Maria José Dias Correia, natural de Lagarteira (Ansião), de 48 anos, solteira, escrevia (em 10.3.1899) que era “moradora há vinte anos nesta cidade” e queria ir para companhia da família.

Face aos exemplos que acabamos de divulgar, torna-se visível que esta mobilidade pode considerar-se uma “emigração a dois tempos”. Lisboa é o espaço onde aconteceram as duas primeiras fases do processo migratório. Certamente a aprendizagem social aqui adquirida e os contactos que ao longo de muito tempo tiveram com alguns emigrantes, ajudou-os a estruturar a opção de emigrar. Num primeiro tempo deslocaram-se para Lisboa e só num segundo momento é que pensaram dirigir-se para o Brasil. Lisboa teve uma centralidade funcional de extraordinária influência nesta dinâmica migratória, já que, aqui, também beneficiaram da presença de estruturas fundamentais à dinâmica migratória: governo civil para requerer o passaporte e porto de embarque.

Porém, convém assinalar que nem todos os requerentes de passaporte residiam em Lisboa. Entre as exceções conta-se Manuel Casimiro. Pelo seu pedido, ficamos a saber que era natural de Baldos, no concelho de Moimenta da Beira, e que chegou a Lisboa no dia anterior ao que requereu o passaporte. Mais interessante do que esta curiosidade é a carta de recomendação do administrador do concelho de Moimenta da Beira para o governador civil de Lisboa a interceder por vários naturais do seu concelho, constando, entre eles, o nome de Manuel Casimiro.

No caso das mulheres, apenas encontramos proximidade cronológica entre a deslocação para Lisboa e o pedido de passaporte nos casos em que se fizeram acompanhar na viagem pelos seus maridos. Esta mobilidade em conjunto é explicável através dos normativos do Código Civil de 1867, já que a decisão da mesma emigrar dependia da vontade do marido.

Em síntese, pode dizer-se que a mobilidade direta, sem uma permanência temporal significativa em Lisboa, não teve significado estatístico, e que quando se verificou foi apoiada por mecanismos adjuvantes.

7. Emigração continuada ou “formigueiro”

Segundo o modelo teórico, no percurso migratório, após a chegada ao país de destino, ocorre a primeira instalação, seguida da inserção, a que sequencialmente se toma a decisão de regressar ou definitivamente se fixar.

A metodologia utilizada neste trabalho permite apresentar algumas informações de natureza microanalítica, que confirmam a existência de uma dinâmica migratória continuada ou “de formigueiro”¹⁵; quer isto significar que nem sempre se pautou pela simples viagem entre o espaço de origem e de destino mas pela existência de viagens constantes entre estes dois espaços. Para melhor documentar esta ideia, passamos a apresentar três exemplos:

- Alfredo da Fonseca Azevedo, solteiro, natural de Santarém.

A primeira informação sobre este migrante data de 23 de junho de 1891 e é um passaporte emitido pelo Consulado de Portugal no Pará para vir a Portugal. Isto significa que se desconhece a data inicial do seu processo migratório. Em 9 de dezembro de 1895 já está em Portugal pois faz novo pedido de passaporte para o Pará. Em 15 de dezembro de 1898, volta a fazer novo pedido de passaporte para o Pará. Cremos que entre os pedidos de 1895 e 1898 esteve no Brasil, já que no verso deste documento mais recente diz: “residente no Pará e acidentalmente em Lisboa”. Dirigiu-se certamente para o Brasil já que no verso do passaporte emitido em 15 de dezembro de 1898 aparece um visto do Consulado de Portugal no Pará, com data de 8 de abril de 1899, para vir a Portugal, onde em 30 de dezembro de 1899 volta a formular novo pedido de passaporte para o Pará.

- Rodrigo Alberto de Brito Amorim, casado natural de Arcos de Valdevez.

Sabe-se que em 23 de dezembro de 1890, data em que pediu o passaporte para o Pará, ele já era emigrante neste Estado, pois tem um filho (Francisco) de 3 anos, natural do Pará, e pretendia regressar ao Pará para aí continuar os seus negócios. Em 31 de agosto de 1893, o Consulado de Portugal no Pará emitiu passaporte para vir a Portugal, trazendo novamente a mulher e o filho Francisco. Em 30 de novembro de 1896, pediu novo passaporte para regressar à capital da Amazónia.

- Maria Rosa de Jesus, solteira, filha de pais incógnitos, natural da Chamusca.

Em 22 de outubro de pediu o passaporte pois desejava ir exercer a sua ocupação (criada). Sabemos que foi para o Pará pois em 30 de maio de 1893, o Consulado de Portugal neste Estado emitiu passaporte para vir a Portugal. Esta vinda aconteceu já que, em 9 de outubro de 1894, pediu novo passaporte para o Pará. É muito provável que se tenha deslocado até aquela região da Amazónia e que tenha regressado a Portugal passado pouco tempo, pois em 20 de novembro de 1896 pediu novo passaporte para o Pará, pedido que renovou em 28 de novembro de 1900, onde refere que reside em Lisboa há mais de um ano.

¹⁵ *Formiguejar* significa agitar-se, mover-se como formigueiro. Esta expressão caracteriza com perfeita propriedade a ação contínua que estes migrantes realizavam entre o espaço de origem e o de destino.

Nestes três exemplos, que acabamos de dar a conhecer, constata-se que ao nível do processo migratório existe uma repetição de viagens, integradas numa dinâmica de mobilidade entre Portugal e o Pará.

Depois dos migrantes terem chegado ao Pará, uma parte muito significativa destes efetua uma mobilidade de matriz pendular, quer isto signifique que por diversas vezes se deslocam a Portugal e regressam. Fazem-no não só para tratar de negócios mas também para apresentar os elementos das famílias então constituídas.

Estamos perante uma pluralidade de ações integradas num desejo único de migrar. Tal como já referimos, classificamos esta prática migratória como uma emigração continuada, já que a opção não é fixar-se nem regressar, mas deslocar-se com alguma regularidade entre o espaço de origem e o de destino. Pensamos que a metáfora “emigração formigueiro” é a que melhor define este processo.

O recurso à microanálise permitiu ainda observar que nos pedidos de passaporte existem expressões, tais como: “residente no Pará e de passagem em Lisboa”. Em nosso entender, este género de afirmações reforça a caracterização deste processo migratório. Por isso, tendo por base as expressões existentes nos pedidos de passaporte, que nos permitem afirmar que o requerente já tinha estado no Brasil, elaborámos o quadro que se segue:

Quadro n.º 6 – Pedidos de passaporte feitos por pessoas já emigradas

	Já estiveram no Brasil		Não sabemos		Total
	N.º abs.	%	N.º abs.	%	
Homens	209	26.7%	573	73.3%	782
Mulheres	28	13.4%	181	86.6%	209
TOTAL	237	23.9%	754	76.1%	991

Estes dados corroboram não só a tese de que estamos perante uma dinâmica continuada, marcada por “viagens habituais” entre os espaços de origem e de destino, mas também coloca um problema de cariz metodológico, já que um pedido de passaporte não significa um novo emigrante. Como se pode comprovar pelos dados do quadro n.º 6, no caso dos homens, mais de um quinto dos casos que considerámos um primeiro pedido, afinal foi requerido por alguém que já tinha estado anteriormente no Brasil. Logo, convém afirmar que um pedido de passaporte não significa automaticamente a saída de uma nova pessoa.

8. À procura de um perfil do emigrante

Quais as razões que explicam esta dinâmica migratória?

Segundo Rocío García Abad¹⁶, os fatores estruturais põem em marcha um processo migratório e definem as zonas de expulsão e de atração; porém, são os mecanismos micro que possibilitam que aqueles se convertam em realidade. Entre os mecanismos micro merecem particular destaque as redes ou cadeias migratórias, podendo mesmo ser consideradas como fatores chave na seleção e decisão de emigrar. Em síntese, poder-se-á dizer que os fatores estruturais são a causa necessária e os mecanismos micro são a causa suficiente.

Tendo em consideração alguns elementos definidores das redes¹⁷, importa demonstrar esta convicção. Por isso, passamos a apresentar dois exemplos: os emigrantes naturais das localidades de Murtosa e de Cernache do Bonjardim:

Naturais da Murtosa:

- Abílio Maria da Silva, marítimo, pediu o passaporte em 29 de agosto de 1894, enquanto António José da Silva, marítimo, o pediu em 10 de outubro de 1894.
- António Lourenço, “residente no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 12 de outubro de 1900; enquanto Manuel Maria, 27 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 2 de setembro de 1900; António Augusto, 28 anos, morador em Lisboa, pede passaporte em 21 de novembro de 1900 e Manuel Maria de Pinho, 29 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 23 de novembro de 1900.
- Um outro, Manuel Maria, 28 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 5 de dezembro de 1900, data em que também João Maria Fernandes Ruela, marítimo, residente no Pará e de passagem em Lisboa, pediu passaporte.

Naturais de Cernache do Bonjardim:

- Artur Bernardo de Brito e Floriano Bernardo de Brito eram irmãos e ambos emigraram em 1891; assim como António Coelho Guimarães e João Coelho Guimarães e Januário da Silva Mata e Joaquim da Silva Mata.
- António Caetano da Silva Mata pediu passaporte em 11 de março de 1889, tal como Marcelino José Nunes da Silva que pediu o passaporte na mesma data.
- Floriano Bernardo de Brito regressa do Brasil e pede novo passaporte em 24 de outubro de 1894, enquanto Joaquim da Silva Mata pedira o passaporte no dia 23 de outubro de 1894.

Estes exemplos tornam visível o papel que as redes ou cadeias migratórias desempenharam no desenvolvimento do processo migratório para o Pará. Através destes exemplos, pretende evidenciar-se a coincidência de datas dos pedidos efetuados por várias pessoas naturais do mesmo espaço geográfico. Esta coincidência pode ser interpretada como uma ação pensada e concertada, o que leva à conclusão de que esta emigração se realizou em grupo e de forma solidária.

¹⁶ GARCÍA ABAD, 2002: 23-24.

¹⁷ Referimo-nos à cronologia das viagens, ao viajar acompanhado de outrem que já tinha realizado esta mesma viagem, aos espaços de naturalidade, à residência e aos laços de parentesco.

Após a apresentação de diversos elementos de natureza quantitativa, bem como alguns traços específicos de alguns emigrantes, importa tentar apresentar um perfil do emigrante português neste espaço amazónico. Para o efeito, recorremos em primeiro lugar ao retrato que alguns paraenses faziam destes emigrantes. Encontramos uma resposta, que julgamos interessante, num discurso de um político e clérigo paraense. Em face da propriedade com que tal caracterização é feita, damos a conhecer um extrato da intervenção proferida, em 26 de fevereiro de 1889, na Assembleia Provincial do Pará, pelo deputado cónego Dr. Mancio Caetano Ribeiro: “Os portugueses só tem geito para negocios duvidosos, não auxiliando a industria, dedicando-se a um commercio pouco escrupuloso, onde enriquecem malerolamente. [...] o portuguez só tinha geito para taberneiro ou hortelão”¹⁸.

Obviamente que a construção de um perfil é um ato subjetivo, condicionado pela identidade político-cultural do seu autor. No entanto, deve a-se que esta caracterização está em perfeita sintonia com comentário que foi publicado no *Comércio do Pará*, do dia seguinte, quando noticiava esta sessão da Assembleia paraense. Segundo o articulista, “o estrangeiro e especialmente o portuguez dedica-se exclusivamente aos misteres da vida comercial”.

Dado a especificidade do perfil anterior e porque o conjunto dos emigrantes é muito mais plural, entendemos que esta caracterização é redutora e limita-se a uma parte do todo. Assim, tendo em vista o alargamento deste perfil, resolvemos apresentar alguns casos que julgamos pertinentes.

A metodologia utilizada permite que saibamos que, em 28 de junho de 1900, o cavaleiro tauromáquico Adelino de Almeida Raposo pediu passaporte para o Pará, tendo já formulado idêntico pedido para o Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1898. Em 16 de junho de 1896, foi a vez do artista lírico Carlos José Lopes, natural de Lisboa, pedir passaporte para o Pará. E em junho de 1897, um grupo de vinte atores do Teatro da Trindade, de Lisboa, dirigiu-se ao Pará para aí atuar, sendo que grande parte destes mesmos artistas já se tinha deslocado, em maio de 1895, ao Rio de Janeiro para aqui representar. Tendo em vista traçar o conhecimento dos mesmos, passamos a apresentá-los:

- Os atores e as atrizes que pediram passaporte em 1897 e que também já o tinham requerido em 1895 para se deslocarem ao Rio de Janeiro foram:

Alfredo de Carvalho, artista dramático, natural de Lisboa; Amélia de Barros, artista dramático, natural de Lisboa; António César Saque, corista do Teatro da Trindade, natural de Lisboa; Claudina Martins de Paula, atriz, natural de Lisboa; Estefânia Pinto, atriz dramática, natural de Lisboa; Francisco Borges da Cruz, corista do Teatro da Trindade, natural de Alhandra; Guilhermina Rosa Conceição Almeida, corista do Teatro da Trindade, natural de Lisboa; Joaquim Pedro da Costa, ator, natural de Lisboa; José Maria Correia, ator, natural de Lisboa; Júlia de Castro, atriz, natural de Lisboa; Lúcia da Encarnação Cruz, corista, natural de Silves e Nicolau Tolentino Leroy, ator, natural de Lisboa.

- Os atores e as atrizes de quem apenas encontramos pedido de passaporte em 1897:

Amélia Leite, corista, natural de Vera Cruz (Aveiro); Antónia de Sousa, atriz, natural de Lisboa; Francisco Duarte da Silva Júnior, ator dramático, natural de Lisboa; Joana Augusta Cordeiro, atriz dramá-

tica, natural de Santarém; Joaquim de Seixas Coimbra, ator dramático, natural de Coimbra; Joaquim Ferreira, ator, natural de Lisboa; Manuel Carlos Vieira, corista, natural de Borba; Maria Ferreira da Silva, atriz, natural do Porto; Piedade Gonçalves, corista, natural de Ilhavo e Ricardo Vieira da Silva, ator dramático, natural de Lisboa.

Estes exemplos são casos bastante elucidativos de uma outra dinâmica migratória, cuja causa de mobilidade tem subjacente o exercício de atividades lúdicas e culturais: teatro, canto lírico e tauromaquia.

Em finais do século XIX, o Pará vivia uma fase de grande dinamismo económico, o que se refletiu na realização de um conjunto de obras e transformações ao nível urbanístico e cultural. Por exemplo, o Teatro da Paz, em Belém, foi construído em 1878 e, simultaneamente, no Rio de Janeiro vivia-se uma fortíssima dinâmica ao nível da representação teatral. A deslocação de artistas portugueses para a capital paraense é facilmente explicável já que era mais fácil viajar de Lisboa para esta cidade do que a partir da capital brasileira. A esta causa “natural”, deve juntar-se o peso demográfico e cultural que a comunidade portuguesa tinha, bem como a vivência de um período de prosperidade material e consequente interesse cultural que se vivia nas urbes da Amazônia.

Estes traços reportam-se essencialmente aos emigrantes “bafejados pela sorte”. Todavia, nem todos tiveram sucesso nesta sua aventura brasileira; por isso, embora o recurso aos pedidos de passaporte não permita que se observem os casos de insucesso, não queremos deixar de transcrever um trecho do Relatório¹⁹ que o cônsul português no Pará proferiu em 1913:

A emigração para o Pará que a princípio constituiu o mais importante elemento de prosperidade d'aquela região e, conseqüentemente, uma fonte de riqueza para portugueses e brasileiros, é hoje, para uns e outros, motivo de sérias dificuldades [...].

O Pará é um meio quase exclusivamente comercial – não possui agricultura, a não ser a hortícola, e essa mesma, em tão minguadas proporções que os seus produtos não chegam para o consumo local; e, quanto a indústrias, afora pequenas tentativas de recente data, só tem a de exportação da borracha. É essa mesma a sua única fonte de riqueza, o elemento basilar de toda a vida paraense, pois é em volta do comércio da borracha que gira toda a economia local. Conseqüentemente, o comércio tem sido o único campo suscetível de dar ampla escoante à emigração. Tem sido, mas já não é.

[...] Como sabe, a grande maioria da nossa emigração é constituída por homens do campo. A princípio foram-se naturalmente dedicando ao género de trabalho a que estavam habituados, e, assim, as terras ficaram, a breve trecho, com o pessoal necessário para o seu amanho. Os que se seguiram, encontrando aquele campo fechado à sua atividade, entregaram-se à domesticidade, quer sob o regime patronal, quer exercendo-a por conta própria. Porque, devo dizer-lhe que o moço da esquina no Pará é quase exclusivamente português.

[...] Havia ainda um último recurso: as obras do caminho de ferro Madeira-Mamoré, que liga aquele Estado à Bolívia. Durante anos foram elas o sorvedouro do excesso da nossa emigração. E digo sorvedouro muito propositadamente, porque, pelo menos, 80 por cento

dos indivíduos que para ali iam lá ficavam vitimados pelo impaludismo. E os 20 por cento restantes, quando conseguiam resistir à viagem de regresso, iam morrer nos hospitaes de Belém, chegando alguns em tal estado que nem sequer podiam declinar a sua identidade. Foi assim que centenas de portugueses desapareceram em terras amazonicas.

Essa obra infernal acabou, felizmente. Mas com ela desapareceu tambem o ultimo refugio da baixa emigração portuguesa. E, agora, o que resta aos que continuam a chegar todos os dias às terras paraenses, tendo abandonado o torrão natal, uns por miseria, outros por espirito de aventura, o maior numero seduzido pelos engajadores, que lhes pintam o Brazil com côres tão sorridentes? Absolutamente nada. Por isso, eles correm diariamente, em bandos, ao consulado a pedir trabalho, ou que os repatriem, porque, dizem eles, nas nossas terras temos ao menos que comer.

Em jeito de conclusão

A utilização da microanálise permitiu a observação de algumas especificidades que de outro modo não seria possível detetar. Lisboa surge como um espaço essencial de partida para o Brasil onde o Pará apareceu como um dos principais destinos, quantitativamente apenas suplantado pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, via Santos.

Foi uma “emigração a dois tempos”, onde a quase totalidade dos emigrantes num primeiro deixaram as suas terras com destino a Lisboa, para decidirem deslocar-se para o Pará, apenas num segundo tempo.

Foi, em suma, uma emigração fortemente marcada pela influência das redes ou cadeias no processo migratório. Esta especificidade influenciou a caracterização da mesma, tornando uma parte muito significativa desta mobilidade com viagens de ida e volta, feitas com alguma regularidade entre o espaço de origem e o de destino; efetuada maioritariamente por homens solteiros, do estrato dos 20-24 anos e naturais dos distritos de Lisboa e de Aveiro.

Fontes

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE) – *Consulado de Portugal no Pará*, caixas n.º 527 (1880-1887), n.º 528 (1888-1896).

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Governo Civil de Lisboa, Passaportes*, caixas 1 a 90.

Século (0). Lisboa, 20.5.1913.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos.
- CANCELA, Cristina Donza, 2009 – “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 149-161.
- CARVALHO, Marcos António, 2011 – *Bebendo Açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre fins do século XIX e início do século XX*. Porto. (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- COSME, João, 2009 – “Subsídios para a história da emigração dos concelhos a Norte do rio Douro para o Brasil (1886-1891)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 401-409.
- GARCÍA ABAD, Rocio, 2002 – “Las redes migratorias entre el origen y la Ría de Bilbao a finales del siglo XX: una aproximación metodológica”. *Revista de Demografía Histórica*. Vol. XX-1, p. 21-51.
- GARCÍA ABAD, Rocio, 2005 – *Historias de emigración. Factores de expulsión y selección de capital humano en la emigración a la Ría de Bilbao (1877-1935)*. Bilbao: Editorial Universidad del País Vasco.
- FERREIRA, Eduardo Sousa, 1976 – *Origens e formas da emigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’émigration portugaise (XV^e-XX^e siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*. Vol. 1 (jan.-jun.), p. 5-32.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- RAMOS, Odete P., 1998 – *Geografia. Dossier Europa*, Porto Editora.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1995 – *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SARGES, Maria de Nazaré, 2010 – *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, 3.^a ed. Belém: Editora Paka Tatu.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa Filipe, 2006 – “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil” in MARTINS, Ismênia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 175-188.